

	Procedimento 01: Identificação, gestão e monitorização de valores naturais	Ed: 10 Data: 12.02.2025	Pág 1 de 12
---	---	-------------------------------	----------------

1. INTRODUÇÃO

Este procedimento foi desenvolvido para ser utilizado pelos técnicos e aderentes do grupo CERTIBEI, de forma a:

- Estabelecer métodos de identificação, gestão e monitorização de valores naturais (Áreas de Conservação - AC, Áreas de Protecção – AP, Altos Valores de Conservação – AVC (FSC) e [Florestas de Alto Valor Ecológico - FAVE \(PEFC\)](#));
- Constituir um suporte material para a organização e execução destas suas actividades.

São adoptados no texto deste procedimento termos e definições constantes das normas FSC e PEFC para a gestão florestal, com excepção das especificadas no próprio texto. Outros termos apresentados constituem terminologia específica do sector de actividade.

No presente procedimento consideramos que quando se fala em Altos Valores de Conservação (AVC) é o equivalente a falar em Florestas de Alto Valor Ecológico (FAVE), a base é a mesma apenas são terminologias de diferentes referenciais normativos,

2. VALORES NATURAIS

Na identificação de valores naturais no património dos aderentes do Grupo CERTIBEI, consideram-se as orientações e obrigações descritas nos instrumentos de ordenamento do território e nos instrumentos e documentação da rede fundamental de conservação da natureza.

Assumem-se como espécies ameaçadas aquelas que possuem estatuto “**Criticamente em Perigo (CR)**”, “**Em perigo (EN)**” ou “**Vulnerável (VU)**” no sistema de avaliação e de classificação de espécies ameaçadas da UICN e Português (figura 1) potencialmente presentes no património dos aderentes.

	Procedimento 01: Identificação, gestão e monitorização de valores naturais	Ed: 10 Data: 12.02.2025	Pág 2 de 12
---	---	-------------------------------	----------------



Figura 1 – Estrutura das categorias da UICN a nível regional.

Neste plano abordam-se:

- As espécies da fauna ameaçadas identificadas com base em visitas de campo e consulta de bibliografia;
- De forma mais genérica as espécies de flora “REALAPE” (Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção) com base em visitas de campo e bibliografia;
- Identificam-se os habitats presentes no património do aderente com base em visitas de campo e com o apoio das fichas de habitats constantes no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (ICNF, 2006).

Para cada uma destas espécies elabora-se uma ficha com a fenologia, estatuto de conservação nacional, habitat utilizado, distribuição local, ameaças identificadas e orientações de gestão adaptadas à área em questão. As fichas são integradas num plano elaborado para o património de cada aderente, intitulado “**Plano do Gestão de Valores Naturais**”.

A informação constante nessas fichas tem como base o Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal (Cabral *et al.*, 2005), Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental (Carapeto *et al.*, 2020), Flora ibérica (Castroviejo, *et al.*, 1986 - 2019), o Relatório do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (ICN, 2006), o Relatório Nacional de Implementação da Directiva Habitats (ICNB, 2008) e a Carta Piscícola Nacional (Ribeiro *et al.*, 2007) e na demais legislação aplicável (DL 140/99: Anexo(s) do Decreto-Lei nº 140/99, na sua redação atual, que transpõe a Diretiva Aves (79/409/CEE) e a Diretiva Habitats (92/43/CEE) em que a espécie consta.), Convenção de Berna

	Procedimento 01: Identificação, gestão e monitorização de valores naturais	Ed: 10 Data: 12.02.2025	Pág 3 de 12
---	---	-------------------------------	----------------

– Anexo(s) da Convenção da vida Selvagem e dos habitats naturais da Europa em que a espécie consta. CITES – Anexo(s) da Convenção de Washington em que a espécie consta.

3. ORDENAMENTO: CONCEITOS ADOPTADOS

Separa-se a área agrícola da área florestal e agro-florestal de cada aderente; apenas as últimas são objecto de planeamento, gestão e monitorização segundo os requisitos da CERTIBEI. **Entre as funções descritas nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal para os espaços florestais (Floresta e Incultos) destacam-se as seguintes como tendo relevância para a conservação de valores naturais:**

- **Conservação de habitats e de espécies faunísticas e florísticas** – os espaços florestais contribuem para a manutenção das diversidades biológica e genética. Engloba a conservação de *habitats* classificados, de espécies da flora e da fauna protegidas e de recursos genéticos.
- **Protecção** – os espaços florestais contribuem para a manutenção das geocenoses e das infra-estruturas antrópicas.

Por outro lado, a norma de gestão florestal FSC exige a definição de **zonas de conservação** e **áreas de protecção**, sem que sejam dadas (até ao momento) orientações sobre as características que diferenciam estes conceitos.

No presente procedimento são adoptados os conceitos de áreas de conservação (AC) e áreas de protecção (AP) e são estabelecidas áreas mínimas de acordo com o indicado de seguida:

As AC e AP devem ser seleccionadas de forma a maximizar o seu contributo para a conservação da biodiversidade, protecção do solo e da água e devem ocupar uma área **igual ou superior a 10%** da área total do Grupo.

Assim, na CERTIBEI usa-se o conceito de **AC** para **áreas delimitadas e geridas com o objectivo principal de salvaguardar** espécies ameaçadas, habitats prioritários, ecossistemas, solos sensíveis, galeria ripícolas ou outros valores naturais e culturais identificados, e que podem ou não carecer da implementação de medidas de gestão em benefício destes valores.

Usa-se o conceito de **AP** para os espaços florestais contribuem para a manutenção das geocenoses e das infra-estruturas antrópicas. Engloba a protecção da rede hidrográfica, a protecção contra a erosão eólica, erosão hídrica, cheias, protecção microclimática e ambiental,

	Procedimento 01: Identificação, gestão e monitorização de valores naturais	Ed: 10 Data: 12.02.2025	Pág 4 de 12
---	---	-------------------------------	----------------

protecção a infraestruturas DFCI (Faixas de Gestão de Combustível) e a protecção ao património arqueológico.

4. ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO (AVC) / FLORESTAS DE ALTO VALOR ECOLÓGICO (FAVE): CONCEITOS ADOPTADOS

A norma exige a identificação (caso existam) de “**AVC**, os quais são definidos pelo FSC como possuindo “um ou mais dos atributos descritos na tabela 1.

A CERTIBEI, tem na base de identificação de AVC os seguintes documentos:

- Interpretação Nacional das Florestas de Alto Valor de Conservação;
- Guia para a Avaliação dos Altos Valores de Conservação;
- Documentação aplicável do *Proforest*.

A avaliação dos (AVC), no património de cada aderente é realizada segundo os critérios descritos na tabela 1. Considera-se que os AVC 5 e 6 não existem em Portugal. Quanto aos outros, poderão existir em Portugal e portanto a sua aplicabilidade deve ser abordada no PGMN.

Tabela 1 – Altos Valores de Conservação preconizados na metodologia PROFOREST e sua aplicabilidade aos aderentes da CERTIBEI

AVC 1 Diversidade Específica. Concentrações de diversidade biológica, incluindo espécies endémicas e espécies raras, ameaçadas ou em perigo, que têm relevância ao nível global, regional ou nacional Pode ser aplicável consoante ocorram, na área em causa, espécies de vertebrados com estatuto de ameaça “Criticamente em perigo” ou “Em perigo”
AVC 2 Ecossistemas e mosaicos à escala da paisagem. Paisagens florestais intactas e grandes ecossistemas e mosaicos de ecossistemas à escala da paisagem que têm relevância ao nível global, regional ou nacional, e que possuem populações viáveis da maioria das espécies autóctones com padrões naturais de distribuição e abundância Em Portugal há poucas florestas cuja escala seja significativa a nível global, regional ou nacional; no entanto, considera-se este AVC como potencialmente aplicável.
AVC 3 Ecossistemas e Habitats. Ecossistemas, habitats ou refúgios raros, ameaçados ou em perigo Pode ser aplicável consoante exista património incluído na rede fundamental de conservação da natureza, áreas críticas de utilização sazonal ou habitats prioritários constantes da Diretiva Habitats e/ou com elevada conectividade ou naturalidade.

	Procedimento 01: Identificação, gestão e monitorização de valores naturais	Ed: 10 Data: 12.02.2025	Pág 5 de 12
---	---	-------------------------------	----------------

AVC 4 Serviços dos Ecossistemas Críticos. Serviços dos Ecossistemas básicos em situações críticas, incluindo proteção de captações de água subterrâneas ou superficiais e controlo de erosão nos solos e encostas vulneráveis.

Uma floresta que protege captações de água, ou cobre parte significativa da bacia dum rio que tem elevado risco de provocar inundações destrutivas pode ser crítica para a prevenção de inundações e por isso ser considerada uma AVC.

Todas as áreas podem potencialmente sofrer alguma erosão, mas frequentemente a extensão ou risco são muito baixas e as consequências são pouco importantes. Nalguns casos, porém, as florestas previnem a erosão, deslizamentos de terra ou avalanches em áreas onde as consequências, em termos de perda de área produtiva, danos a ecossistemas ou perda de vidas humanas são severas.

AVC 5 – Necessidades das Comunidades. Locais e recursos fundamentais para satisfazer as necessidades básicas das comunidades locais ou dos Povos Indígenas (subsistência, saúde, nutrição, água, etc.), identificadas através do envolvimento com estas comunidades ou Povos Indígenas.

Este valor visa proteger a subsistência e segurança básicas de comunidades locais dependentes da floresta, que retiram desta quantidades substanciais e insubstituíveis de rendimento, alimento ou outros benefícios. Aplica-se apenas a necessidades básicas: uma floresta onde as pessoas caçam essencialmente para fins recreativos mas que não dependem da caça para comer não constitui uma AVC segundo este critério. Em Portugal não existem comunidades locais dependentes da floresta para satisfazer necessidades básicas.

AVC 6 – Valores Culturais. Locais, recursos, habitats e paisagens de significado cultural global ou nacional, arqueológico ou histórico, e/ou de importância cultural, ecológica, económica ou religiosa/sagrada crítica para a cultura tradicional das comunidades locais ou Povos Indígenas, identificadas através do envolvimento com estas comunidades ou Povos Indígenas.

Estas áreas incluem locais religiosos ou sagrados, áreas com vestígios históricos, onde há uso frequente de produtos florestais para fins artísticos ou tradicionais, locais com associações históricas, e áreas com elevado valor estético ou recreativo. Considera-se que não existem valores deste tipo em áreas florestais com criticidade suficiente ao nível global ou nacional para levar à identificação de uma AVC em Portugal.

	Procedimento 01: Identificação, gestão e monitorização de valores naturais	Ed: 10 Data: 12.02.2025	Pág 6 de 12
---	---	-------------------------------	----------------

5. ORDENAMENTO E ALTOS VALORES DE CONSERVAÇÃO: METODOLOGIA

Assumem-se como AVC um tipo específico de AC. Assim, para identificar as AC, incluindo os AVC, usam-se os seguintes critérios:

A. Avaliação da ocorrência de espécies ameaçadas: avaliação da potencial presença de espécies de vertebrados – que sejam residentes, estivais nidificantes ou invernantes – com categoria “Críticamente em Perigo” (CR), “Em perigo” (EN) ou “Vulnerável” (VU):

- 1 – Ausência de espécies CR, EN e VU;
- 2 – Presença de espécies VU;
- 3 – Presença de espécies CR ou EN.

B. Ocorrência de habitats naturais e semi-naturais de interesse comunitário:

- 1 – Ausência de habitats naturais e semi-naturais de interesse comunitário;
- 2 – Presença de habitats incluídos no Anexo B-I, ou seja, habitats naturais de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação;
- 3 – Presença de habitats incluídos no Anexo B-I*, ou seja, habitats naturais prioritários de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação por estarem ameaçados de extinção.

C. Conectividade da mancha, por meio de corredores ecológicos actuais ou potenciais, como seja o facto de estar localizada sobre uma linha de água ou integrar uma rede de habitats abertos, e assim existirem condições adequadas para a colonização e migração para habitats adjacentes:

- 1 – A comunidade tem conectividade fraca ou nula e não tem localização interessante;
- 2 – Níveis intermédios entre a classificação 1 e 3;
- 3- A comunidade tem elevada conectividade e/ou localização muito interessante, porque ocupa declives elevados, é coincidente com outras comunidades (ex. habitats rupícolas coincidentes com habitats ripícolas, etc.) e/ou há implicações relevantes decorrentes dos corredores ecológicos do respectivo PROF.

D. Grau de naturalidade da comunidade:

- 1 – A comunidade está muito alterada e é marcada pela forte presença de espécies exóticas, ou áreas afectadas por fogo em anos recentes (<10 anos);
- 2 – Níveis intermédios;
- 3 – A composição da comunidade é equivalente à existente se não houvesse presença humana durante várias décadas.

	Procedimento 01: Identificação, gestão e monitorização de valores naturais	Ed: 10 Data: 12.02.2025	Pág 7 de 12
---	---	-------------------------------	----------------

E. Objectivos do Plano Sectorial Rede Natura 2000:

- 1 - Nenhum;
- 2 - Melhorar estado de conservação;
- 3 – Aumentar áreas ocupação;
- NA – Não aplicável.

A estratégia seguida na identificação dos habitats não foi baseada em critérios fitossociológicos estritos; isto significa, por exemplo, que as áreas identificadas com sendo de montado (6310) podem na verdade nem cumprir todos os critérios de elegibilidade deste habitat, os quais incluem o pastoreio com ovinos. Embora esta estratégia possa não ser correcta do ponto de vista fitossociológico, consideramo-la útil para efeitos de gestão, ao identificar os elementos com mais valor natural (actual ou potencial) e fornecer elementos para a tomada de decisão.

Os habitats presentes no património de cada aderente são classificados somando a pontuação obtida em cada categoria, de modo a decidir qual a função a atribuir a cada zona. Para cada habitat que tenha sido classificado como área de conservação, é elaborada uma Ficha de Caracterização, que descreve o tipo de área, a dimensão, os atributos, as ameaças e as orientações de gestão.

Finalmente, são analisados os elementos de conectividade no património do aderente. Os elementos de conectividade são classificados em quatro categorias (Quadrat Scotland, 2002):

- Stepping stones – áreas isoladas de habitats, como um pequeno bosque, uma mancha de mato;
- Habitats de grande dimensão – blocos de habitats mistos, com uma área superior a 1 km².
- Corredores ecológicos primários – estrutura linear, de maior dimensão, como por exemplo, as galerias ripícolas dos rios principais.
- Corredores ecológicos secundários – estrutura linear, de pequena dimensão, como uma sebe.

A existência destes elementos promove a imigração, o aumento da diversidade genética, permite a colonização de manchas e dá refúgio a determinadas espécies. Estes elementos assumem particular importância se proporcionarem (McKenzie, 1995):

	Procedimento 01: Identificação, gestão e monitorização de valores naturais	Ed: 10 Data: 12.02.2025	Pág 8 de 12
---	---	-------------------------------	----------------

- A um elevado número de animais a possibilidade de se deslocarem, migrarem e encontrarem parceiros;
- A propagação de plantas;
- A promoção do intercâmbio genético;
- Às populações a possibilidade de deslocação em resposta a desastres naturais ou alterações ambientais;
- A recolonização de habitats por indivíduos cujas populações desapareceram localmente.

Cada AC é analisada para determinar se constitui um *stepping stone*, habitat de grande dimensão, corredor ecológico primário ou corredor ecológico secundário.

	Procedimento 01: Identificação, gestão e monitorização de valores naturais	Ed: 10 Data: 12.02.2025	Pág 9 de 12
---	---	-------------------------------	----------------

6. GESTÃO DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO / PROTECÇÃO

A gestão das AC e AP por parte dos aderentes da AFLOBEI obedece aos princípios constantes da Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade:

- Princípio do nível de protecção elevado, visando uma efectiva salvaguarda dos valores mais significativos presentes no património;
- Princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos, promovendo a compatibilização entre o desenvolvimento socioeconómico e a conservação da Natureza e da diversidade biológica, ao serviço da qualidade de vida das populações e das gerações futuras;
- Princípio da precaução, aplicando à conservação da Natureza e da diversidade biológica o princípio *in dubio pro ambiente*;
- Princípio da prevenção, impondo uma intervenção antecipativa ou cautelar ante os riscos de degradação do património natural e privilegiando a acção sobre as respectivas causas;
- Princípio da recuperação, determinando a limitação ou eliminação dos processos degradativos nas áreas relevantes para a conservação da natureza e a adopção de medidas de salvaguarda e requalificação dessas áreas.

Esta gestão é adaptada aos valores presentes no património de cada aderente, sendo produzidas fichas com recomendações de gestão para cada AC/AP.

O conteúdo das fichas aplica-se a áreas de conservação ou protecção, salvaguardando apenas o facto de que qualquer intervenção nas áreas de protecção ser orientada para a manutenção e/ou restauro.

7. MONITORIZAÇÃO DE AC, AP E AVC/FAVE

A monitorização das AC, AP e AVC visa estabelecer se estas áreas e os valores identificados estão a ser mantidos, melhorados ou em degradação. Assim, através da monitorização verifica-se se a gestão definida está a funcionar e, se não está, sinaliza-se o que deve mudar.

Na monitorização é utilizado o **Impresso 5 - Ficha de Monitorização de Valores Naturais** para a realização dos registos.

A monitorização dos atributos dos valores faunísticos e florísticos identificados faz-se, geralmente, por meio de indicadores da extensão, estrutura e composição do habitat dos valores em questão, por serem geralmente uma forma eficiente de detectar alterações. Assim, a monitorização dos

	Procedimento 01: Identificação, gestão e monitorização de valores naturais	Ed: 10 Data: 12.02.2025	Pág 10 de 12
---	---	-------------------------------	-----------------

habitats foi adaptada a partir do documento produzido pela *Joint Nature Conservation Committee* (2004) “*Common Standards Monitoring Guidance for Woodland Habitats*”.

Monitorizam-se quatro atributos segundo descrito por Williams (2006):

- Extensão – inclui a extensão e, quando adequado, a distribuição dos habitats no espaço. A perda de 0,5% da sua área deverá ser considerada uma perda significativa. A monitorização deste atributo é efectuada através de levantamento no campo e/ou fotografia aérea.
- Estrutura – inclui o balanço entre o estrato arbóreo e o estrato arbustivo; a importância de árvores longevas e clareiras; a quantidade de árvores mortas presente. Os requisitos ecológicos das espécies que fazem parte da área de conservação/protecção em questão, bem como os requisitos mínimos que façam com que este tipo de habitat cumpra a sua funcionalidade ecológica são fundamentais na avaliação deste atributo. A monitorização deste atributo é efectuada através de levantamento no campo com avaliação visual.
- Composição (estrato arbóreo, arbustivo e herbáceo) – este atributo avalia a composição do estrato arbóreo, arbustivo e herbáceo e qualquer alteração que ocorra. A classificação de favorável aplicar-se-á na ausência de espécies não-indígenas e na ausência de quaisquer sinais de perda acelerada (>10% num período de cinco anos) de espécies do estrato arbóreo e arbustivo. A monitorização deste atributo é efectuada através de levantamento no campo com avaliação visual.
- Potencial de regeneração natural – das espécies arbóreas e arbustivas. A monitorização deste atributo é efectuada através de levantamento no campo com avaliação visual.

O estado de conservação/protecção destes avalia-se como sendo:

- Favorável (em manutenção): na monitorização actual e anterior os objectivos foram atingidos;
- Favorável (em recuperação): na monitorização actual os objectivos foram atingidos, contudo, na monitorização anterior estava classificado como desfavorável.
- Desfavorável (em recuperação): pelo menos um dos atributos não atinge os objectivos, contudo, uma avaliação da situação prevê que os objectivos serão atingidos por recuperação ou por acções de gestão aplicadas;
- Desfavorável (sem alteração): pelo menos um dos atributos não atinge os objectivos e uma avaliação do habitat em comparação com as monitorizações anteriores indica que o seu estado não está a melhorar ou a deteriorar;

	Procedimento 01: Identificação, gestão e monitorização de valores naturais	Ed: 10 Data: 12.02.2025	Pág 11 de 12
---	---	-------------------------------	-----------------

- Desfavorável (em degradação): pelo menos um dos atributos não atinge os objectivos e uma avaliação do habitat em comparação com as monitorizações anteriores indica que o seu estado está a deteriorar-se.
- Destruído: O habitat foi destruído e não há qualquer perspectiva de recuperação devido ao grau elevado de alteração.

As AC, AP e AVC/**FAVE** são monitorizadas pelo menos uma a duas vezes num período de 5 anos.

Este período poderá ser variável caso ocorra algum acontecimento que possa colocar em causa a funcionalidade e estrutura deste habitat, como por exemplo, a presença de uma patologia ou um incêndio, e seja necessária uma avaliação rápida dos impactes negativos e a determinação de medidas de mitigação, ou no caso de ter sido efectuada uma intervenção para melhorar o valor de conservação da área, e ser necessário avaliar a eficácia da medida.

No decorrer da monitorização das AC, AP e AVC/**FAVE** é elaborado pelo responsável do SGF da CERTIBEI ou um **Relatório de Valores Naturais (Impresso 32)** ou o **PGVN revisto incorporando os dados de monitorização**, estes documentos são enviados ao aderente/responsável pela gestão.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Cabral MJ (coord), Almeida J, Almeida PR, Dellinger T, Ferrand de Almeida N, Oliveira ME, Palmeirim JM, Queiroz AL, Rogado L & Santos-Reis M (eds) (2005). *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa. 660 pp.
- Carapeto A., Francisco A., Pereira P., Porto M. (eds.). (2020). *Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental*. Sociedade Portuguesa de Botânica, Associação Portuguesa de Ciência da Vegetação – PHYTOS e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (coord.). Coleção <<Botânica em Português>>, Volume 7. Lisboa: Imprensa Nacional, 374 pp.
- Carvalho, J. P. (2005). *O carvalho-negral*. UTAD. 206 pp.
- Equipa Atlas (2008). *Atlas das aves nidificantes em Portugal (1999-2005)*. Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, Parque Natural da Madeira e Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Assírio & Alvim. Lisboa. 590 pp.
- ICN (2006). *Relatório do Plano Sectorial da Rede Natura 2000*. Instituto da Conservação da Natureza. 133 pp.
- ICNB (2008). *Relatório Nacional de Implementação da Directiva Habitats (2001-2006)*. Relatório Executivo. Lisboa. 252 pp.

	Procedimento 01: Identificação, gestão e monitorização de valores naturais	Ed: 10 Data: 12.02.2025	Pág 12 de 12
---	---	-------------------------------	-----------------

ICNF (2019). Planos Regionais de Ordenamento Florestal. Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.

Mayle, B. (1999). Domestic stock grazing to enhance woodland biodiversity. Information Note. Forestry Commission, Edinburgh.

McKenzie, E. (1995). Important criteria and parameters of wildlife movement corridors – a partial literature review. Southern Columbia Mountains Environmental Sector of the West Kootenay CORE Table.

Quadrat Scotland (2002) The network of wildlife corridors and stepping stones of importance to the biodiversity of East Dunbartonshire. *Scottish Natural Heritage Commissioned Report F01LI04*.

Ribeiro, F., Beldade, R., DIX, M., Bochechas, J. (2007). Carta Piscícola Nacional. Direcção-Geral dos Recursos Florestais-Fluviatilis, Lda. Publicação Electrónica (versão 09/2007).
<<http://www.fluviatilis.com/dgf/?nologin=true>> Acedido a 7 de Julho de 2009.

Williams, J.M., ed. (2006). Common Standards Monitoring for Designated Sites: First Six Year Report. Peterborough, JNCC.